

VIDAL, G. R.; CISNEROS, É. L.
Convergencias teóricas. usos y alcances de la retórica.

México: IIF/Unam, 2015. 223 p.

12

RESENHA

Erico Lopes Pinheiro de Paula*

A obra é o 32º volume da *Collección Bitácora de Retórica*, editada pelo Instituto de Investigaciones Filológicas da Universidad Nacional Autónoma de México (IIF/Unam). O trabalho foi organizado pelos professores Gerardo Ramírez Vidal e Érika Linding Cisneros, com o subtítulo “Homenaje a Helena Beristáin”. A coletânea reuniu 17 textos acadêmicos, para marcar os dois anos de falecimento da pesquisadora emérita do IIF/Unam. Sobre os organizadores, Vidal foi secretário-geral da *Asociación Latinoamericana de Retórica* entre 2010 e 2012. O pesquisador desenvolve projetos individuais com enfoque no movimento sofístico nos séculos 5-6 a.C. na Grécia. Cisneros é membro do *Sistema Nacional de Investigadores* no México, desde 2007, e direciona seus trabalhos ao fenômeno da construção do pensamento social e político.

Logo na apresentação, os organizadores citam quais seriam as aplicações atuais para a disciplina “Retórica”. Segundo Vidal e Cisneros, entre as atividades teóricas e didáticas empreendidas de forma subjacente, a retórica possibilita investigar questões teóricas e metateóricas, relacionando-as com um sistema crítico. A seção também sistematiza breve apresentação dos artigos reunidos, analisando-os em três capítulos independentes.

O primeiro capítulo compila trabalhos que discutem a atualidade da Retórica tanto em relação ao campo de atuação quanto às condições de possibilidades para essa modalidade de conhecimento. No primeiro texto,

* Mestre em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba – Minas Gerais. *E-mail*: <ericolpp@gmail.com>

Cisneros ilustra o uso pejorativo do termo *retórica* nos dicionários de espanhol mais populares. A autora defende ser necessário à filosofia abandonar o correspondentismo entre pensamento e realidade. Destaca, ainda, que ao estudo da retórica impõe-se o desafio de construir uma relação com outras ciências da comunicação em perspectiva histórico-política. A seguir, Vital desenvolve uma reflexão sobre a dimensão crítica da retórica. A proposta sustenta-se na relação com a análise do discurso, tanto de linha francesa quanto crítica. O artigo ilustra um estudo de cunho histórico-político, cujo objeto era a argumentação pró e contra o golpe militar na Argentina (1955). A autora encerra defendendo a atualidade da retórica como recurso prático. No último dos textos teóricos que reivindicam a atualidade e a justiça para a utilização da retórica, diante da crise das ciências humanas e sociais, o trabalho de Escalera parte do pressuposto de que existem tipos de retórica e se propõe a analisar aquela modalidade envolvida com o estudo das atividades de sentido. Aponta à disseminação da retórica, por meios acadêmicos e artísticos, e considera demonstrar a relação com a desconstrução a partir de três respostas: histórica (ontologia), crítica (hegemonia) e política (*actio*).

O segundo capítulo é reservado às relações da retórica com a filosofia, explorando as tensões entre os dois campos de conhecimento, a partir de suas ontologias e de seus objetos privilegiados. Contreras abre o capítulo e apresenta, em seu artigo, a cisão clássica entre filosofia e sofística, com os objetivos de: elucidar de que forma o político está implicado também em raciocínios filosóficos e, ao mesmo tempo, demonstrar o controle decorrente da instauração de um “regime de verdade”. Conclui por reivindicar uma filosofia que reconheça, no estudo do conceito, mais um problema político do que epistemológico. Adiante, discute aspectos específicos da obra de Marx. Com base na tese XI da obra em que trata de Feuerbach, Salazar atribui ao texto uma ruptura radical com a filosofia que decodifica o mundo por meio de enunciados assertivos. O autor também contextualiza a questão do falso e do verdadeiro na filosofia moderna, e encerra fazendo apontamentos sobre o materialismo histórico.

No ensaio de Escalera, é eleita a alegoria “cena do crime” para discutir o conceito “questão interdisciplinar”, que contempla perspectivas sobre as relações entre retórica e filosofia ao longo dos séculos. Com base em Nietzsche, segue a concepção de que a apropriação é uma modalidade enunciativa, na qual se define um “cenário de inclusões e exclusões” significativas. Destaca, também, a partir de Benjamin, quais contribuições

podem decorrer da “crítica moderna”. Gómez encerra o capítulo registrando a leitura crítica sobre a obra de J. L. Austin. O artigo questiona a obra do filósofo levando em conta: qual esquema comunicativo subjaz à teoria dos atos de fala; qual conceito de contexto se utiliza; como ilustra o conceito de sujeito falante; e qual a relação ideal que Austin defende entre ação e enunciação. Conclui a análise apontando que o autor coloca as contingências do contexto no exterior da fala, tornando-as elementos firmes e imóveis e passíveis de classificação.

No capítulo final, estão reunidos os trabalhos eminentemente pedagógicos do livro. O artigo de Trejo apresenta as concepções de um pensador da Antiguidade. Passando por breve historiografia sobre o contexto grego-clássico, a obra satírica analisada por Trejo apresenta-se escrita na forma de monólogo. Conclui ressaltando que o período da segunda sofística não foi uma “desordem retórica” como deixa entender o antigo pensador. Na sequência, Landeros analisa livros editados a partir de 1540, no México. Os textos *didáticos* foram descritos como *preparação* do *pathos* indígena para receber os ensinamentos católicos oriundos da metrópole. Conclui Landeros ao reunir as características compartilhadas pelas quatro obras analisadas, dentre as quais se destaca a caracterização do colonizador como sujeito movido por “caridade-amor”.

O texto de Andrade e Cunha é um trabalho que decorre das investigações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa “Retórica e Argumentação na Pedagogia” (USP/CNPq), referenciadas na nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca. O trabalho desenvolve um estudo sobre as obras *Natureza humana e conduta* (J. Dewey) e *Behaviorismo* (J. Watson). Andrade e Cunha concluem que os textos de Dewey e Watson aproximam-se ao reconhecerem que os hábitos mentais são mediados pela comunicação e pela linguagem. Porém, esses mesmos discursos distanciam-se quando interpretados à luz da metáfora *percurso* (determinado ou indeterminado) proposta por Cunha. Vinculado ao mesmo grupo, o artigo de Souza e Cunha é resultado de pesquisa que busca ampliar dados e análises sobre o movimento escolanovista no Brasil. A fonte escolhida, nesse caso, é um conjunto de matérias de conteúdo educacional, cuja autora é Cecília Meireles. Nos escritos, Souza e Cunha identificam a mobilização de determinados operadores utilizados para influenciar nas “paixões” do auditório. E concluem que os termos buscam produzir manifestações de confiança (novos métodos educativos) e temor (ideais educativo-católicos). Na revisão de literatura que encerra a participação do grupo, Cunha e Silva analisam três obras circunscritas ao

período histórico entre 1937 e 1945, no intuito de verificar se houve interrupção no movimento escolanovista durante o Estado Novo. O estudo permitiu concluir que esses livros (marcantes de homens influentes no Estado Novo) atestam apenas a “continuidade de uma das vertentes da Escola Nova”, justamente aquela calcada nas concepções de educação, coordenadas pela metáfora “percurso determinado”.

Em seguida, o texto de Oliveira et al. registra os resultados de pesquisa realizada com 191 estudantes de licenciatura (UFRJ), por meio de questionários que focalizam questões sobre ética/moral. Constatam que o enfoque laico é privilegiado entre os estudantes-professores, porém reconhecem que os sujeitos apresentam pequena autonomia para conceituar ética/moral em suas aulas. Também da UFRJ, Santos produz um relato de pesquisa que sumariza o campo da formação ética para a cidadania, conforme descrito na legislação educacional brasileira. Santos defende que, em grande parte das motivações subjetivas, encontram-se fundamentos emocionais condicionantes, e não só racionais como no texto legal. A pesquisadora encerra reivindicando à didática a problematização da pluralidade e das singularidades presentes na vida em coletivo.

Salgueiro e Mazzotti analisam pesquisa realizada no âmbito da Universidade Estácio de Sá – RJ. O objetivo da investigação foi descrito como identificar as representações sociais de gestores sobre *crianças* e relacioná-las com as instituições nas quais atuam. Em conclusão, sugerem existir entre os gestores um conflito na relação da heteronomia que marca a infância com a autonomia prescrita nos objetivos escolares das séries iniciais. Posteriormente, Castillo problematiza o discurso epidítico de professores em ambientes educacionais por meio do método linguístico. Conclui que o discurso epidítico não serve para que se procure a verdade ou a realidade da palavra, mas se presta muito a revelar princípios e convicções das pessoas em diálogo. No último artigo, Celusso justifica sua pesquisa com a proposta de investigar o fenômeno de massificação dos livros de autoajuda entre os profissionais da educação, no Município do Rio de Janeiro. Relaciona as expectativas dos professores a algumas características do gênero literário e registra os temas que provocam a adesão dos professores a essa literatura, caracteriza o conjunto das obras mencionadas como pertencentes ao gênero epidítico. Finaliza com a categorização das edições comerciais dos livros citados a partir da divisão de gênero.

Assim, o livro apresentado oferece um panorama contemporâneo sobre os estudos retóricos na América Latina. Apesar de uma trajetória moderna

de desprestígio, a retórica aparece como a principal disciplina das ciências da educação, por excelência, e ganha importância num cenário de crise. Os resultados e as discussões reunidos apontam às potencialidades do estudo retórico tanto para atender a demandas da Educação Básica – no que se refere a instrumentos e metodologias de ensino – quanto para o debate com outros pesquisadores das ciências humanas e sociais – como contribuição na definição do estatuto epistemológico das ciências da educação.

Submetido em 3 de abril de 2017.

Aprovado em 17 de setembro de 2017.